



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA

LEILA MARIA FONSECA MARTINS

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestre Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Leila Maria Fonseca Martins

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Avaliador-

Orientadora- Priscila Rezende Moreira

Cursista- Leila Maria Fonseca Martins

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e a toda comunidade escolar da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha professora orientadora por toda paciência, estímulo e dedicação durante todo o percurso.

Agradeço a minha família por entender todas as vezes que fiquei com a luz acesa até de madrugada para fazer as leituras e atividades necessárias para a conclusão deste curso.

Agradeço aos colegas da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco pelo incentivo e por compartilharem comigo suas experiências.

Agradeço à Escola de Gestores pela oportunidade de participar desse curso que tem contribuído muito para minha prática enquanto gestora na Educação pública no Município de Belo Horizonte.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso- TCC tem como o objetivo realizar um estudo sobre as relações de trabalho no ambiente escolar. Por meio de uma investigação de caráter exploratório, o presente TCC se efetiva através da investigação das relações pessoais e profissionais no espaço escolar, caracterizadas pelos membros da escola, tais como: professores, pais, alunos, funcionários, gestores e comunidade, focando principalmente no trabalho docente. Tendo como base o estudo dessas relações pautadas no Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco, pretendeu-se analisar as Relações de Trabalho da escola a partir da análise do eixo “Relações de Trabalho” com o suporte da leitura de pesquisadores da área, tais como: Paschoalino & Fidalgo (2011), Hypólito (1991), Veiga (1998), Oliveira (2004) e Neves (2002). Pretendeu-se acima de tudo refletir sobre a maneira como as relações no ambiente escolar impactam no trabalho docente.

Palavras-Chave: Relações de Trabalho, Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. JUSTIFICATIVA.....	09
3. OBJETIVOS.....	09
3.1 Objetivo Geral.....	10
3.1 Objetivos Específicos.....	10
4. OS CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	11
5. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO ESPAÇO ESCOLAR.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO NO PPP DA EMMAM.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20
ANEXO 1– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO.....	22

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o objetivo de analisar as Relações de Trabalho no ambiente escolar, mais precisamente na Escola Municipal Maria da Assunção de Marco – EMMAM a partir da análise do seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2014). Bem como, refletir sobre a maneira como essas relações estão organizadas.

Conforme afirma Benedetti (2013, P.9), “nas últimas décadas” a escola pública brasileira vem atravessando um momento que aponta para uma desqualificação do ensino – baixa qualidade. E são diversos fatores que contribuem com este cenário apresentado pelas escolas: as atuais condições de trabalho docente, políticas públicas antidemocráticas, desvalorização profissional, entre outras.

Percebe-se que as relações de trabalho são complexas e, ao docente, são exigidas cada vez mais habilidades e competências para além do seu fazer principal que seria, a priori, o de ensinar os conteúdos do currículo escolar. O docente é desde a Grécia Antiga uma necessidade. Tinha na antiguidade a função de levar os jovens a se emanciparem por meio do conhecimento. Já teve a função de seduzir as mentes dos jovens. (Paschoalino, 2008, p.2)

Conforme pontua a autora, na Grécia antiga - pode-se dizer que até pouco tempo atrás - o docente desempenhava sua função apenas com discentes da elite, pois a escola não era para todos. Com a democratização do acesso ao ensino e quase nenhuma mudança na concepção de escola, muitas tensões são explicitadas nas relações de trabalho na escola.

Diante de relações de trabalho pouco favoráveis, da precarização do trabalho docente e da perda de sentido no trabalho do professor, surge grandes problemas para os gestores das escolas e para a comunidade escolar: o absenteísmo docente que pode ser verificado pelo grande número de licenças médicas e outros obstáculos para manter uma equipe de trabalho atuando democraticamente com compromisso dos profissionais da escola e com a participação de toda a comunidade escolar no processo de formação dos discentes.

2. JUSTIFICATIVA

A EMMAM está localizada no Bairro Goiânia, região nordeste de Belo Horizonte. Esta região se caracteriza como um setor proletário cujas dificuldades enfrentadas no âmbito da urbanização, implantação de programas sociais e aumento da violência envolvendo jovens são comuns. Atende, atualmente, 25 (vinte e cinco) turmas do ensino fundamental.

Desse montante, 06 (seis) turmas são de 1º ciclo, 05 (cinco) de segundo ciclo, 11 (onze) de 3º ciclo e 03 (três) do Programa Floração, com o total de 710 (setecentos e dez estudantes) matriculados nos turnos diurno e noturno. Os estudantes são provenientes do próprio bairro e adjacências. E a escola compõe, juntamente com cerca de mais 180 (cento e oitenta) escolas, a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

A gestão escolar no âmbito da rede municipal de educação de Belo Horizonte está atrelada as leis da Constituição Brasileira (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as orientações da Secretaria Municipal de Educação do município, sendo essa voltada para alcance de melhores resultados de aprendizagem dos alunos, assim como o funcionamento da escola como organização social, a integração dos professores em prol da melhor qualidade educacional, maior comprometimento da equipe de trabalho e alunos, otimização dos recursos financeiros e produtividade educacional.

Entender as relações de trabalho expressas no Projeto Político Pedagógico da escola, tendo como norte o trabalho docente, pode se constituir em um bom exercício para a gestão escolar.

3. OBJETIVOS

Este trabalho de Conclusão de Curso visa estudar o espaço escolar no sentido de buscar estratégias para a gestão democrática destacando-as na Escola Municipal Maria da Assunção de Marco – EMMAM a partir da análise do Eixo Relações de Trabalho do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e refletir sobre o trabalho docente como elemento importante nessas relações.

3.1. Objetivo Geral

- Entender como as relações de trabalho se constituem na EMMAM a partir do trabalho docente.

3.2. Objetivos Específicos

- Realizar um estudo analítico sobre as relações de trabalho no espaço escolar;
- Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco nas ações que dinamizam as relações de trabalho no espaço escolar;
- Verificar a importância de participação de todos os membros da comunidade escolar: alunos, pais, professores, funcionários, direção e outros.
- Analisar a gestão democrática com a ampla participação de todos os integrantes da comunidade escolar.

4. OS CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Como acontece em praticamente todo espaço educativo, o chão da escola é um espaço de muitos conflitos: conflitos de concepções, conflitos de interesses, conflitos de identidade, conflitos de geração, enfim conflitos de origem diversas que fazem parte das relações de trabalho.

Os conflitos na EMMAM são quase sempre intermediados pelos agentes que nela estão presentes e as relações são pautadas na busca do diálogo entre todas as partes envolvidas, conforme descrito no PPP da EMMAM (2014, p.19).

Os conflitos no espaço escolar ocorrem em função da convivência e embate direto de uns com os outros, próprio das relações humanas. Uma gestão participativa e democrática melhora as relações no espaço escolar, melhora a qualidade pedagógica, aumenta o profissionalismo docente, motiva o apoio comunitário às escolas – local onde acontecem as relações de trabalho – diminui o isolamento dos diretores e professores e desenvolve a educação em bases curriculares concretas.

Os conflitos entre os alunos e professores geram um grande número de ocorrências e perda na qualidade do trabalho da escola. Muitas vezes os alunos agredem verbalmente os professores, ameaças veladas são realizadas, e desviam o foco da aprendizagem para a resolução de problemas disciplinares. Tais conflitos são somados a outros conflitos próprios da profissão docente. Conforme aponta Paschoalino, Aranha e Cunha. (2006, p.4) concordando com Tardif e Lessard:

[...] devemos compreender que a profissão da docência como nos assinalaram Tardif e Lessard: “é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores”.(2005, p.35). Portanto, na interação professor/aluno o agir do professor afeta o aluno como também ele, o professor é afetado pelo aluno e, ao mesmo tempo, o professor sofre a influência do agir dos outros que compõem o intramuros da escola.

Percebe-se que o professor tem sido constantemente afetado negativamente nas relações do seu fazer diário e isso tem acarretado entre

outras consequências o adoecimento do docente. Conforme aponta GASPARINI et. Al. (2005, p.192), “Os dados da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM) (...) mostram frequência importante de atendimentos médicos com solicitação para afastamento do trabalho por motivos de saúde”.

Na EMMAM percebe-se que esse dado é real, pois se tem entre 03 (três) e 05 (cinco) profissionais ausentes por motivo de saúde por dia e 05 (cinco) professores com laudo de readaptação funcional atuando em espaços que não são a sala de aula, impedidos de exercer atividades de regência de classe. O trabalho docente tem tido exigências demais para compensação de menos. O perfil dos discentes mudou, mas a estrutura escolar não acompanhou as mudanças e o docente acaba sendo responsabilizado, culpabilizado pela baixa qualidade da educação e pela formação insuficiente para atender às novas demandas. Percebe-se que “por mais que o professor procure uma formação permanente, não consegue respostas aos desafios que enfrenta diariamente” (PASCHOALINO et. al, 2006, p.4).

Mesmo diante de tantas dificuldades para exercer o trabalho, Paschoalino & Fidalgo (2011, p.12) demonstram acreditar que o docente se esforça para superar os desafios da profissão. Segundo esses autores:

Os estudos de pesquisa apontam para o fato de o professor ser um profissional comprometido e que o seu esforço individualizado não tem alcançado as expectativas do seu trabalho. Assim, este profissional sente-se fragilizado e desvalorizado.

Segundo nessa linha de discussão Paschoalino et. al. (2006, p.5) aborda, lembrando Cortesão (2002), das violências e balbúrdias que estão presentes nas escolas da atualidade e do mal-estar que permeia as relações nesse espaço. Segundo as autoras,

[...] a intensificação desse mal-estar é uma realidade que vai se corporalizando numa dimensão grandiosa. É causado pelo foco no distanciamento entre as características, saberes e interesses dos alunos que chegam à escola e aquilo que o professor e a instituição escolar exigem deles e lhes oferecem ao mesmo tempo.

As autoras também abordam os estudos que apontam para o mal causado pela Síndrome de Burnout que tem acometido muitos docentes:

Burnout é uma desistência de quem ainda está lá. Encalacrado em uma situação de trabalho que não pode suportar, mas que também não pode desistir. O trabalhador arma, inconscientemente, uma retirada psicológica, um modo de

abandonar o trabalho, apesar de continuar no posto. Está presente na sala de aula, mas passa a considerar cada aula, cada aluno, cada semestre, como números que vão se somando em uma folha de papel em branco. (Paschoalino et. al. 2006, p.7)

Como aponta as autoras “o docente que sofre essa síndrome apresenta-se desgastado, pois, investe numa relação e não recebe o reconhecimento necessário”. (2006, p.7)

Paschoalino, (2007, p.3) dialogando com Saviani (2006), fala da configuração do trabalho na modernidade, período em que “a produção capitalista dita as normas de relacionamento e traz a universalização do ensino”. Para a autora:

Diante do avanço do capitalismo a profissão docente foi, ao longo do tempo, passando por situações tensas na procura de uma identidade. A profissão docente sempre foi questionada e julgada por suas ações sob a ótica da singularidade e não da complexidade de relações presentes no tecido de seu trabalho. Na década de 1980, no Brasil, a profissão docente foi marcada por uma consciência de classe trabalhadora, os professores tiveram um ápice de uma trajetória de identidade de categoria construída com lutas e movimentos para reconhecimento da profissão. (PASCHOALINO, p.4)

Pelo que se pode apreender a partir do Projeto Político Pedagógico da escola EMMAM e pelas exigências com relação aos funcionários, os conflitos e mal-estar neste segmento emergem a partir da distribuição e organização das demandas de trabalho, dos horários e atribuições de cada cargo. Percebe-se que a lógica de trabalho vigente não permite um entrosamento entre os funcionários e demais membros do espaço escolar. O controle imposto pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) ao setor de contratados da escola cria tensões e conflitos muitas vezes difíceis de serem mediados. Há muitas incoerências e contradições evidenciando a necessidade de se trabalhar as relações de trabalho entre funcionários, servidores administrativos, professores, equipe pedagógica, direção, pais, alunos e membros da comunidade. Eles são essenciais na escola, mas muitas vezes são deixados à parte dos processos da escola.

No trabalho de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, por meio de rodas de conversa, evidenciou-se no grupo, a necessidade de discutir o tema das relações de trabalho tendo em vista melhorar o ambiente escolar elevando-

se o índice de produtividade e satisfação de todos os membros deste espaço. Essa tarefa não é fácil, pois há muitas especificidades e subjetividades envolvidas. É urgente que os gestores encontrem estratégias para lidar com tantos conflitos para que a escola alcance o seu objetivo maior, qual seja: garantir a educação de qualidade para todos, conforme diretrizes apontadas em seu Projeto Político pedagógico.

5. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO ESPAÇO ESCOLAR

Segundo Neves (2012), para que haja um conflito é preciso que cada uma das partes interprete a situação, depois que exista alguma forma de oposição e incompatibilidade, e por último que ocorra alguma forma de interação ou de interdependência entre as partes como algo que é necessário encorajar em termos de surgimento, no pressuposto de que o conflito é algo de benéfico para estimular a inovação e criatividade dos comportamentos, das atitudes e das cognições.

Entretanto, muitas vezes no espaço escolar o conflito é visto como um fator negativo nas relações de trabalho. O bom gestor deve observar os conflitos e destes elencar fatores que o determinam, para então mediar e construir estratégias para as possíveis soluções. Os conflitos proporcionam o surgimento das habilidades e talentos individuais para a solução dos problemas. De acordo com Neves (2002, p.143):

O conflito emerge em toda situação social em que se compartilham espaços, atividades, normas e sistemas de poder e a escola obrigatória é um deles. Um conflito não é necessariamente um fenômeno da violência, embora, em muitas ocasiões, quando não abordado de forma adequada, pode chegar a deteriorar o clima de convivência pacífica e gerar uma violência multiforme na qual é difícil reconhecer a origem e a natureza do problema.

É importante que o gestor, potencialize as competências de todos os profissionais que atuam na educação e da comunidade escolar no sentido de promover uma educação de qualidade e uma formação cidadã por todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; Além de estar atento ao surgimento de sujeitos talentosos, para que suas competências e habilidades possam contribuir para a mediação de conflitos de forma a produzir

todo o crescimento da comunidade educativa e aumentar a produtividade escolar.

É também papel da gestão escolar propiciar aos seus talentos autocontrole sobre suas atividades, respeito, confiança, oportunidade de auto-realização e tarefas desafiadoras, interações agradáveis com todos os integrantes do ambiente escolar e tratamentos justos. Deverão ainda, ser capazes de orgulhar-se do trabalho que realizam, e sentirem felicidade com o nível de realização atingido por toda comunidade escolar. É preciso que aprendam e evoluam como pessoas e como profissionais.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO NO PPP DA EMMAM

Segundo Hypólito (1991, p. 3), há muitas convergências, divergências e impasses nas abordagens que tentam explicar o processo de trabalho na escola:

Uns acreditam que há uma especificidade do trabalho escolar que é relevante e impõe, portanto, uma análise diferenciada; outros dizem que apesar das diferenças – consideradas de certa maneira secundárias – a natureza das relações de trabalho na escola é capitalista e as principais características do trabalho fabril podem ser encontradas na escola.

De acordo com o PPP da EMMAM (2014, p.18):

A escola é um espaço de muitos conflitos. Pode-se afirmar que a existência de conflitos é provocada, nas palavras de Japecanga (2014, p.6) “por interesses antagônicos entre a administração e subgrupos que entram em choque para ampliar seu espaço de poder”.

No eixo Relações de trabalho do PPP da EMMAM (2014), percebe-se certa ingenuidade da escola em se considerar democrática porque o diretor não é centralizador, as decisões a serem tomadas por uma equipe e os conflitos serem mediados por meio do diálogo. Como nos aponta Hypólito (1991, p. 5), o modelo de educação vigente no país é o “técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e à organização da escola”. Este modelo, como aponta o autor, traz como características:

[...] a fragmentação do trabalho na escola; a hierarquização de funções com a concentração de poder nas mãos de alguns

especialistas; forte controle sobre os professores, funcionários e alunos; perda de autonomia por parte do professor sobre o seu trabalho; funcionários que não se sentem comprometidos com a ação educativa da escola; saber cada vez mais fragmentado; várias instâncias pedagógico-administrativas espalhadas e hierarquizadas por todo o sistema de ensino e outras características desse tipo que poderiam ser aqui arroladas.

Este eixo do PPP da escola descreve o regimento escolar, que segundo o documento foi “construído de maneira democrática e participativa ao longo dos anos 2010, 2011 e 2012” (PPP da EMMAM, 2014, P.19), a partir da preocupação da escola com a melhoria do clima escolar por meio de relações mais amistosas, da importância da formação inicial e continuada dos professores e monitores de oficinas e da grande participação destes atores em cursos oferecidos pela SMED.

No que diz respeito a grande preocupação que a escola demonstra ter com a formação dos atores envolvidos, percebe-se alguns dos efeitos que as reformas educacionais das últimas décadas fizeram com o trabalho docente e com as relações de trabalho na escola. Conforme aponta Oliveira (2004, p.1132),

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.

De acordo com o PPP da EMMAM (2014), a escola tenta incentivar boas relações entre seus atores promovendo festas e comemorações para marcar as datas importantes para a comunidade. Percebe-se que isso é uma das estratégias utilizadas pela gestão para incentivar a participação da comunidade escolar nas questões da escola. Conforme aponta Oliveira (2004, p.1135), “A participação dos profissionais docentes e da comunidade na elaboração e decisão das políticas públicas para a educação passa a ser uma exigência da gestão escolar, refletida em mecanismos mais coletivos e participativos”.

Como pode ser observado no PPP desta escola, as relações de trabalho tendem a ser o mais democráticas possíveis. A escola conta com a maioria dos mecanismos oficiais de participação: Colegiado, Fórum, Conselho, assembleias e incentiva um clima favorável à participação.

Ao instituir um espaço de escuta, através de reuniões e assembleias com todos os segmentos da comunidade escolar, objetiva-se constituir comissões diversas para explicitação e análise das demandas atuais da escola no que se refere às fragilidades que tem impedido avanços nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola. Nesta direção, Veiga (1998, p.7) explicita:

[...] nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Diante dos diversos mecanismos de reflexão presentes no PPP da escola e do modelo técnico burocrático imposto pelas políticas educacionais vigentes, fica certa desconfiança: será que a escola não está apenas cumprindo o rigor da lei ao criar todos esses mecanismos de participação? Sabe-se que todas as escolas municipais de Belo Horizonte são obrigadas pelas legislações vigentes a ter todas essas instâncias de participação. Pela leitura do PPP (EMMAM 2014), não se pode tirar nenhuma conclusão acerca desse tema e nem é o foco deste trabalho. Mas essa é uma reflexão importante e fundamental a ser apresentada aos sujeitos que fazem parte do dia-a-dia da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a necessidade do gestor escutar todas as instâncias que compõem a rede escolar, sejam elas administrativas, disciplinares, organizacionais, pedagógicas e outras. A partir daí a gestão democrática se consolida no fazer cotidiano, no qual as relações constituem-se eixo de trabalho na promoção da gestão democrática.

O eixo “Relações de Trabalho” deve ser tratado pela escola com muita responsabilidade e atenção. A gestão deve ter como princípio básico a construção de uma escola democrática, inclusiva e aberta à participação de todos na definição de suas propostas políticas e pedagógicas. Para isso é fundamental a participação de toda a comunidade escolar nos processos de tomada de decisão.

Ao gestor cabe, além de muitos outros entendimentos, saber que o trabalho da gestão está envolto por relações humanas e que essas relações podem ser elemento para a resistência ou para a participação.

Diante disso, é importante que a gestão promova uma rede de escuta pautada numa gestão equilibrada, capaz de gerenciar os conflitos e fazer o exercício da alteridade. E este é um dos maiores desafios para a equipe de gestão da escola, pois não é fácil lidar com as muitas contradições das relações humanas.

A escola, por meio do seu Projeto Político Pedagógico, avança na perspectiva de exercer sua autonomia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). As diretrizes apontam para a democratização do espaço público e constituição de um espaço de vivência da cidadania.

Assim o gestor precisa promover e incentivar a participação efetiva de toda a comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, considerando que a parceria e a solidariedade são imprescindíveis para o bom andamento das relações no ambiente escolar. Acolher o aluno, o docente, o funcionário e toda a comunidade escolar com seus conflitos, não é tarefa fácil e não pode ser delegada ao diretor ou a equipe de gestão. Dever ser compartilhada. A melhor forma para se fazer isso é utilizar-se do importante recurso chamado Projeto Político Pedagógico. Por meio da construção coletiva e permanente articulação

de vivência de relações saudáveis de tolerância, solidariedade e respeito, por meio de política pública de valorização da profissão docente, a educação de qualidade será um produto natural no espaço escolar e, o mal estar que ronda as escolas e os docentes, será amenizado.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. **Finalidades da educação.** Disponível em: <http://emmam.webnode.com.br/finalidades>. Acesso em 18/07/2014.

BENEDETTI, Kátia Simone. **A Dignidade Ultrajada: Ser professor do ensino público brasileiro nos dias atuais.** Rio de Janeiro, RJ: Barra Livros, 1ª Edição, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 18.04.2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15/07/2014.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na Escola pública básica.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 27 /07/2014.

NEVES, Carmem Moreira de C. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional.** In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 15ª Edição, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10/06/2015.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz; ARANHA, Antônia Vitória Soares & CUNHA Dr^a Daisy Moreira. **Trabalho docente numa perspectiva de mal-estar**. VI Seminário da Redestrado. UERJ. RJ, 2006.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz & FIDALGO, Fernando. A lógica brasileira da avaliação: Impactos no currículo escolar a partir Do índice de desenvolvimento Da educação básica. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 34, 2011, 103-116.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **A complexidade do trabalho docente na atualidade**. I Seminário Nacional de Educação Tecnológica, CefetMG, 2008. Disponível em: <<http://www.senept.cefetmg.br>>. Acesso em 20.06.2015.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos Ontológicos e históricos**.In: Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação, apresentado na *29ª Reunião da ANPEd* no dia 17 de outubro de 2006, em Caxambu.

TARDIF M. & LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In:VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto políticopedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

**ANEXO 1 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO.**



escola de gestores
da educação básica

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA EMMAM

APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA

LEILA MARIA FONSECA

BELO HORIZONTE, 2014
UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA EMMAM

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SUMÁRIO

BELO HORIZONTE, 2014

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	18
7. AVALIAÇÃO	19
7.1 Avaliação dos estudantes de 1º, 2º e 3º ciclos.....	20
7.2 Avaliação Institucional	21
7.2.1 Avaliação de Desempenho	21
7.2.2 Avaliação da Gestão Escolar	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria da Assunção de Marco (EMMAM), localizada na Rua Ana Horta, número 98, Bairro Goiânia, Belo Horizonte foi criada em 30 de dezembro de 1992, conforme Decreto Municipal Nº 7.518. Compõe, juntamente com cerca de 180 escolas, a rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Segundo dados expressos em seu Projeto Político Pedagógico (2011. P.6), a escola “segue orientações da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) para compor seu quadro de funcionários e para desenvolver o seu trabalho político pedagógico”.

A EMMAM, conforme histórico expresso em seu PPP (2011, p. 6), tem em suas bases o princípio da gestão democrática. A construção da escola no bairro Goiânia tem como marco o processo de Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte. A escola foi uma conquista da comunidade que se mobilizou para que suas crianças não tivessem que continuar sendo transportadas até o bairro Santo Antônio para ter o direito à educação garantido. Por meio do voto, a comunidade elegeu entre várias, a obra que seria prioridade da PBH em 2002. Em 2003, a escola é instalada em prédio próprio, após mais de dez anos funcionando no Prédio da Faculdade de Filosofia e Letras no Bairro Santo Antônio. De acordo com o PPP EMMAM (Belo Horizonte, 2011, P.6) a escola foi criada,

para atender, inicialmente, turmas das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, funcionando como anexo da Escola Municipal Honorina Rabelo. Através da Lei nº 6404 de 26/10/1993 o então Prefeito Patrus Ananias, altera o nome de Escola Municipal do Bairro Goiânia para Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. Em 1994, a EMMAM passa a atender, também, estudantes das quatro séries finais do Ensino Fundamental.

A escola funcionou, de fevereiro de 1993 até outubro de 2002, no Prédio do Centro Educacional Artur Versiani Velloso (CEPAVV), enquanto aguardava-se a construção de sua sede atual à Rua Ana Horta 98, região nordeste da cidade. Naquela época, os estudantes eram transportados de ônibus do Bairro Goiânia até o CEPVV, localizado no bairro Santo Antônio, região Centro Sul, onde funcionava a Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente a EMMAM atende estudantes do Ensino Fundamental de 1º, 2º, 3º ciclos e Projeto Floração em três turnos de funcionamento (manhã, tarde e noite). De 2009 a 2012, a escola ofereceu turmas de Educação de Jovens e Adultos. De 2010 a 2012 atendeu estudantes no Projeto Entrelaçando.

Segundo Oliveira (2010 apud VEIGA 1996, p.2) o PPP,

deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Neste sentido, corroborando com a reflexão desses autores e com os desafios que são postos à escola cotidianamente - desafios esses que vão além dos limites da escola, pois envolve outras instituições tão complexas quanto a escola, como por exemplo, a família, o Estado de direito e as novas configurações da sociedade contemporânea – faz-se necessário rever o PPP da EMMAM.

Com esse processo de revisão, reelaboração pretende-se tratar a escola para além de suas condições historicamente determinadas, tratá-la como uma instituição social. Nesse sentido, como aponta Azevedo (2010, p.2):

é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades.

Esta reelaboração pretende reforçar o que Veiga (1995, p.110) aponta sobre o PPP:

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por

quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela.

Com esse trabalho de reelaboração do PPP da EMMAM pretende-se explicitar os anseios da comunidade escolar por uma escola pública de qualidade que contemple todos os princípios de uma gestão democrática e inclusiva.

Por meio de reuniões e assembleias com todos os segmentos da comunidade escolar, pretende-se constituir comissões diversas para explicitação e análise das demandas atuais da escola no que se refere às fragilidades que tem impedido avanços nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

Após explicitação e análise dessas demandas serão elaboradas as metas, ações e estratégias para fazer com que a escola avance em todos os seus processos e seu PPP reelaborado será apresentado para aprovação da Assembleia escolar.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A EMMAM tem como norte na definição de suas finalidades educativas a Constituição Federal (BRASIL, 1988), os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º9394/96 e a Carta de Princípios da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (2001). Nessa carta, a RME-BH estabelece que é Função da Escola:

- Garantir o direito à formação global e continuada do ser humano, considerando as dimensões crítica, social, política, ética, ambiental, estética e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir na realidade social.
- Instrumentalizar o aluno para que seja sujeito de sua própria formação.
- Garantir a aprendizagem de múltiplas habilidades e conteúdos que são necessários à vida em sociedade para o aluno compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la, criticá-la e contribuir para sua formação, sem a exclusão de seus benefícios.
- Garantir meios para a permanência do aluno no espaço escolar, combatendo toda forma de exclusão.
- Incluir alunos portadores de necessidades especiais, respeitando suas diferenças e oportunizando seu desenvolvimento.
- Ser agente de inclusão ao aluno na sociedade.

- Propor e desenvolver políticas diversificadas e concebidas de social.
- Respeitar os direitos fundamentais e os ritmos diferentes de desenvolvimento.
- Propiciar acesso às tecnologias modernas de comunicação, inserindo o aluno em sua contemporaneidade.
- Efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais ou responsáveis e da comunidade em geral no processo educacional.
- Fortalecer as instâncias de participação: colegiados, grêmios, conselhos, etc.

A LDBEN (9394/96) no artigo 2º estabelece que a educação é dever da família e do Estado. Neste sentido, a EMMAM busca estabelecer parceria entre a família e a escola com o intuito de melhorar os resultados de suas ações educativas. Esta mesma Lei, conforme PPP da EMMAM (2011, p.8), afirma que:

a educação oferecida pela Escola deve ter como objetivo principal articular a educação escolar com a vida social, oferecendo condições de progressão nos estudos e, conseqüentemente, na vida profissional.

A escola busca em seu trabalho diário dialogar com outros espaços educativos da cidade. Por meio de projetos específicos, os estudantes são incentivados a compreenderem o significado de cidadania e a se portarem como cidadãos. Com possibilidades de fazer escolhas e com a responsabilidade de arcar com o resultado de suas escolhas, os estudantes vivenciam por meio desses projetos os conteúdos disciplinares de forma articulada com a vida em sociedade. Sobre as finalidades da educação no PPP EMMAM (2011, p.10), é expresso a preocupação com a questão da educação inclusiva:

não é possível deixar de mencionar o trabalho com a inclusão, tanto social, quanto da pessoa com necessidades educacionais especiais. A legislação educacional brasileira garante à pessoa com deficiência acesso e permanência em igualdade de condições no ensino regular, além da oferta de serviços de apoio especializado.

Comparando o que diz a legislação federal e municipal pode-se perceber que existe consonância nas orientações. Na legislação municipal, porém, as orientações são mais detalhadas no que se refere à inclusão social. Pretendemos que na “EMMAM”, a inclusão social seja encarada como um processo contínuo de mudança de concepção, com objetivo de promover a equidade social.

Percebe-se que o acesso de inclusão da pessoa com deficiência na EMMAM já está consolidado. A EMMAM apresenta boas condições em sua rede física, com rampas e banheiros adaptados, materiais pedagógicos e funcionários de apoio. No entanto, a inclusão no que diz respeito ao trabalho cotidiano da escola ainda precisa ser pauta de formação. Lidar com o diferente nem sempre é uma situação tranquila na escola e isso gera conflitos diversos.

De acordo com o PPP EMMAM (2011, p 10), a escola está comprometida com essa questão:

Ainda temos muito que trabalhar, mas nosso compromisso é o de garantir que cada nova necessidade impulse novas ações. Questionar, recomeçar será o nosso ponto de partida, pois acreditamos que para fazer é preciso estar disposto a descobrir sempre uma nova forma de agir.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A EMMAM é composta por cinco edificações: uma para abrigar a estrutura administrativa da escola e centro cultural, outra para as salas de aula, outra para cantina e laboratório, outra para lanchonete e outra para o ginásio esportivo.

Os edifícios que abrigam o centro cultural e laboratórios são compostos por dois andares, o das salas de aula possuem três andares e os demais apenas um andar.

A escola possui 12 salas de aula, uma sala de dança, uma sala de atendimento ao Programa Saúde na Escola, um laboratório de ciências e um laboratório de informática, uma biblioteca, um auditório, uma cantina com refeitório, uma lanchonete, duas salas de coordenação, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de caixa escola, uma sala de direção, 20 banheiros e estacionamento.

Para as oficinas do Programa Escola Integrada a escola conta com duas casas alugadas. Uma localizada à Rua Ana Horta 65 e outra na mesma rua no número 101.

A escola possui mobiliário adequado para atender a demanda atual dos estudantes. Todas as salas possuem lousa branca, conjuntos de carteiras

escolares novos, cortinas, ventiladores, armários para os docentes e algumas salas possuem TV e DVD. A sala de dança é equipada com espelho, piso em paviflex, caixa de som multifuncional, ventilador e mini jump. O laboratório de ciências é equipado com banquetas, kit de ciências, lousa branca, bancadas adequadas para a realização de experiências. No pátio há bancos estilo praça em marmorite e conjuntos de mesa e banquinhos adequados para jogos como xadrez, damas e cartas. A biblioteca possui vários pufes, tapetes coloridos, mesas redondas e cadeiras, cantinho da leitura com estantes atrativas aos pequeninos, estante com 35 espaços individuais para mochilas e dois computadores com acesso à internet.

O auditório possui 60 assentos, ventiladores, cortinas escuras, notebook com acesso à internet, mesa de som, DVD e data show. O laboratório de informática possui 15 computadores e uma mesa redonda com cadeiras. A sala dos professores, direção, coordenação, secretaria e caixa escolar possuem mesas, cadeiras, computadores, armários, impressoras e escaninho.

A EMMAM atende atualmente, vinte e cinco turmas de ensino fundamental. Dessas, Seis turmas são de 1º ciclo, cinco de segundo ciclo, onze de 3º ciclo e três do Programa Floração somando setecentos e dez estudantes distribuídos entre os turnos diurno e noturno. Nesse número inclui oito estudantes com necessidades especiais que são acompanhados pela equipe de atendimento Educacional Especializado da PBH e por auxiliares de apoio à inclusão.

O Programa Escola Integrada - PEI atende cerca de 360 estudantes e o Programa Escola Aberta - PEA recebe uma média mensal de 1800 participantes. Esses programas contam com oficinas dos macrocampos da Educação Integral do Ministério da Educação e oficinairos com regimes de contratos diferenciados.

Com esses dois programas pode-se dizer que a escola funciona de segunda a segunda.

O PEI, de acordo com o PPP EMMAM (2011, p. 10),

tem como objetivo ampliar a carga horária dos estudantes na escola, promover uma formação educacional diferenciada no contraturno das atividades regulares dos estudantes que participam do PEI e, ao mesmo tempo, promover maior interação da escola com a comunidade. Para a escolha das

oficinas que compõem a matriz curricular do Programa Escola Integrada, são consideradas atividades que contemplam os temas transversais dos Parâmetros Curriculares (música/ educação para o trânsito/ meio ambiente / esporte e outros).

Esses dois programas são importantes para efetivar a política de atendimento integral da rede municipal de educação do município e possibilita maior integração entre escola-família-comunidade.

A EMMAM, por meio de projetos de imersão cultural, se preocupa em oferecer oportunidades para os estudantes vivenciarem situações culturais diversificadas. Neste sentido, são inseridos nos planejamentos de cada turma atividades voltadas para o teatro, cinema, museus, parques, estádios e outros.

A escola possui sete coordenadores, sendo três de turno e quatro pedagógicos e é acompanhada pela equipe de monitoramento da Gerência de Educação Nordeste- Gered-ne, recebendo visita semanal das Acompanhantes Pedagógica e de inclusão e do acompanhante da Escola Integrada dessa gerência.

A equipe administrativa da EMMAM é formada por um diretor, um vice-diretor, um gestor administrativo, uma secretária, três auxiliares de secretaria, uma professora

em readaptação funcional atuando na secretaria, duas na biblioteca um na coordenação e uma monitora do Programa Saúde na Escola.

A equipe de funcionários contratados pela Caixa Escolar para desempenhar as funções de portaria, vigilância, limpeza, cantina e mecanografia é composta por 30 pessoas. Esses profissionais “têm suas atribuições definidas conforme exigências da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, de acordo com a função para a qual foi selecionado” (PPP EMMAM, 2011, p.19).

De acordo com o PPP EMMAM (2011, p 19),

a EMMAM entregou à secretaria Municipal de Educação o Regimento Escolar elaborado a partir do Documento Referência resultante dos vários Seminários de Alinhamento ocorridos ao longo desse ano. O Regimento traz os Princípios e Fins da Educação, os objetivos gerais da escola sua estrutura organizacional bem como a organização da convivência escolar com os direitos, deveres e proibições de todos os participantes da comunidade escolar. O Regimento trata também das Instâncias Deliberativas da Escola, da

organização Pedagógica, dos Registros, Escrituração e Arquivos Escolares.

Esse regimento foi devolvido para a escola em 2012, revisto em 2013 e devolvido para a SMED, mas ainda não foi colocado em prática por falta de regulamentação. A escola aguarda o retorno da SMED, para colocar em prática tal regimento, embora muitas de suas normas e regras já sejam praticadas no cotidiano escolar.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

As proposições das [políticas educacionais](#) na [área de gestão](#) escolar apontam, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (LDBEN 9394/96,12).

Para a elaboração da proposta pedagógica deve-se, como afirma Ribeiro apud Padilha (2001, p.102) considerar que:

a participação dos(as) educando(as) e sua relação com o(a) educador(a) são de extrema importância do conhecimento, pois a relação pedagógica na escola e na sala de aula deve considerar a dialogicidade (...) e a ação pedagógica permanentemente reflexiva do educador e da educadora no seu trabalho diário com seus alunos e alunas.

Na EMMAM a estrutura pedagógica é pensada para atender esses princípios e proposições mesmo que parte da estrutura pedagógica não contribua muito para isso. A organização do quadro da escola é feita seguindo as orientações da SMED e, na medida do possível, atendendo aos anseios da comunidade escolar. As turmas de primeiro ano são formadas basicamente por estudantes encaminhados via Cadastro Escolar e as turmas de sétimo ano são em sua maioria provenientes da E.M. Honorina Rabelo.

O corpo docente é formado por coordenadores e professores em sua maioria com formação superior: graduação, pós-graduação e mestrado. A carga horária docente é de 22 horas e trinta minutos por turno. A maioria dos docentes possuem duas jornadas de trabalho.

A Função de direção exige dedicação exclusiva, com uma jornada de 40 horas de trabalho por semana intercalada nos três turnos de atendimento da escola.

O trabalho pedagógico da escola é monitorado por uma acompanhante da Gered-ne e o Programa Floração é monitorado por uma coordenadora pedagógica da SMED.

Para atender ao primeiro e segundo turnos há quatro coordenadoras pedagógicas e duas de turno. Para atender ao noturno há apenas uma coordenadora de turno e uma coordenadora pedagógica que atende a EMMAM e mais três escolas da regional Nordeste.

A proposta pedagógica visa envolver o estudante em todas as ações da escola. Os estudantes sempre são informados de seu desempenho escolar e são convidados a participar de reuniões da turma e da entrega do boletim aos pais. Há processos de recuperação e as avaliações internas e externas começam a ganhar sentido para os alunos e para a escola.

EM 2014, a escola está participando da Olimpíada Brasileira de Astronomia, Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa e Olimpíada Brasileira de História. Em nível municipal, a escola participa dos projetos da SMED voltados para o segundo e terceiro ciclo: Jovem, Jornada Literária, Gincamat e Feira de Ciências e tecnologias.

As famílias são incentivadas a participarem do Fórum Família Escola realizado pela SMED. Cerca de quatro representantes da escola participam deste fórum que tem duas edições anualmente.

Outro mecanismo de aproximação das famílias desenvolvido pela escola são as festas e momentos de reuniões de turmas. Todo ano acontece a Festa Junina e a Festa da Família. Trimestralmente são realizadas reuniões de turmas para avaliação dos resultados das turmas.

A escola desenvolve parcerias com o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes e com a Polícia Militar-PM. Cerca de 60 estudantes participam do Programa de enfrentamento às drogas da PM anualmente.

No período de férias, a escola oferece o Programa Escola em Férias com atividades diversificadas e alimentação para as crianças de 06 a 14 anos durante os meses de janeiro e julho.

Na EMMAM, a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade é valorizada, buscando garantir a todos os educandos do Ensino Fundamental os conhecimentos sociais das várias disciplinas, os valores, os comportamentos e as atitudes que lhes permitem compreender, transitar e intervir no mundo em que vivem de forma consciente e crítica. A EMMAM tenta garantir ao aluno, Como aponta Leandro & Platt (2014, p. 165), “um processo de desenvolvimento enquanto cidadão”.

Em 2009, a EMMAM iniciou suas atividades da Escola Integrada, oportunizando novos saberes incorporados ao currículo escolar. As diversas oficinas são oferecidas aos estudantes no contra turno de estudo dos mesmos. Tais saberes trazem, principalmente, a marca da cultura popular tais como capoeira, grafite, dança, canto, música, teatro. Os estudantes ainda têm o período de reforço escolar para ajudá-los na realização das atividades do Para Casa, além das aulas de informática.

As experiências curriculares vivenciadas pelos estudantes da Escola Integrada são registradas na chamada Matriz Curricular do Programa, conforme as oficinas que são oferecidas em cada mês e ano segundo o calendário escolar.

3. CURRÍCULO

A escolha do currículo a ser trabalhado na escola é uma tarefa de grande responsabilidade, pois o currículo não é neutro, vem sempre carregado de valores e pressupostos que, como aponta Scheibe & Aguiar (2014. p.17) é preciso decifrar.

Na EMMAM, “a elaboração do currículo de todos os ciclos e modalidades de ensino, é baseada na legislação vigente no país e nas Proposições Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte de 2010”. (Belo Horizonte, 2011, p.23)

A LDBEN nº 9394/96 determina em seu art. 9º, inciso IV que os “Estados, o Distrito Federal e os municípios devem estabelecer competências e diretrizes para a

Educação Básica que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos”. No Art. 26, a LDB determina que o currículo do Ensino Fundamental deve ter uma

base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Em Belo Horizonte, segundo Moreira (2000, p. 122), os autores da “Escola Plural”, apresentaram uma proposta curricular inspirada no currículo espanhol vigente e sugeriram a inserção de temas contemporâneos de apelo social, ultrapassando-se os campos específicos das diferentes áreas do conhecimento escolar. Os chamados eixos transversais perpassariam as diferentes disciplinas, dotando-as de valor social.

Segundo Arroyo (2008, p. 56), é preciso propor resolver em primeiro lugar algumas questões:

[...]como a organização curricular condiciona a organização da escola e por consequência do nosso trabalho? [...]que organização dos currículos e da escola tornará nosso trabalho mais humano? [...] que lógicas, concepções e valores regem ou legitimam essa organização? [...] São igualitárias, democráticas, inspiradas no referente político da garantia do direito de todos ao conhecimento, à cultura, à formação como humanos? [...] São lógicas que permitem a humanização do trabalho dos profissionais das escolas? [...] que igualam ou hierarquizam os docentes?

Segundo este autor, é preciso levar em consideração tais questões na prática educacional, reagindo à condição de “aulistas” para investir, cada vez mais, na valorização do ser humano em sua totalidade.

Ao longo de 2007 e 2008, foram construídas as “Proposições Curriculares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte”, em consonância com a legislação federal (LDBEN nº9394/96) e os pressupostos vigentes definidos pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Estas proposições curriculares trazem várias reflexões sobre o currículo a ser desenvolvido no 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Fundamental visando orientar o planejamento e o trabalho pedagógico das escolas municipais, consequentemente o da EMMAM. Segundo as Proposições Curriculares de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2009, p 5),

a função da escola é desenvolver uma proposta curricular que leve os estudantes a atingir patamares mais organizados de conhecimento complexo e de processos complexos de conhecimento, favorecendo a sua participação e inclusão nas discussões e busca de respostas

para as questões de seu tempo e de sua idade, de sua sociedade, desse mundo, de agora.

Dessa forma, estas Proposições Curriculares foram elaboradas com o objetivo de garantir a todos os educandos o direito aos conhecimentos sociais das várias disciplinas, aos valores, aos comportamentos e às atitudes que lhes permitam compreender e transitar no mundo. Ou seja, o direito à educação, o direito a viver as experiências escolares de aprendizagem e formação.

Trazem, portanto, o pressuposto de uma educação para todos, que busca renovar a esperança e teima em inventar novas saídas para um mundo melhor.

Buscando, ainda, favorecer e desenvolver a formação humana e cidadã dos (as) estudantes valoriza-se o estudo dos chamados “temas transversais” que trazem reflexões e conhecimentos sobre valores fundamentais da humanidade. Dentre os principais temas trabalhados destacam-se: a preservação do meio ambiente, a diversidade cultural, de gênero, etnia, combate às drogas e a violência, a questão da sexualidade e da atenção à saúde. Estes temas são trabalhados em sala de aula, ou coletivamente por toda escola, a partir de projetos pedagógicos que sempre levam em consideração as experiências vividas pelos (as) estudantes.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os tempos e espaços escolares, como afirma Freitas (2014, p.1) são “contraditórios e tensos- como tensa e contraditória é a própria sociedade”. Essas contradições, como bem pontua o autor, estão relacionadas às diferentes concepções de educação e também às diferentes finalidades atribuídas à educação.

A EMMAM oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, 1º, 2º e 3º ciclos no turno diurno e o projeto “Floração” no horário noturno. No que diz respeito à discussão do tempo escolar, como tempos de permanência na escola, têm-se duas realidades diferentes: A primeira, historicamente construída, corresponde ao tempo diário de permanência de 4 horas e 30 minutos na escola, sendo necessário o cumprimento de 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho, conforme orienta a LDB nº 9394/96. A segunda, diz respeito ao Programa da Educação integral- PEI. A carga horária diária dos estudantes que participam do PEI é de 9h: sendo 4h e 30 min. para as aulas das disciplinas que compõem a base comum e diversificada dos Parâmetros

Curriculares Nacionais e no contra turno as crianças participam de oficinas diversas por mais 4h e 30 minutos.

No que diz respeito ao tempo escolar em sua lógica pedagógica, sequencial e simbólica, a escola adota o sistema de ciclos, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação. A EMMAM atende crianças, adolescentes e jovens segundo o seu ciclo de formação. A organização em ciclos possui vários pontos positivos. Como afirma Dalben (2000, p 21):

O ciclo incorpora a concepção de formação global do sujeito partindo do pressuposto da diversidade e dos ritmos diferenciados no processo educativo. À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade.

Na EMMAM, considera-se que os ciclos favorecem a prática pedagógica, pois consideram o aprendiz a partir da sua fase de desenvolvimento humano. Busca-se, assim, implantar uma prática pedagógica que reconheça as características pessoais e as vivências socioculturais de cada etapa do desenvolvimento humano dos educandos.

A organização em ciclos pretende corresponder ao que Freitas (2004, p. 7) aponta como fundamental:

pautar a questão da formação e não somente da instrução; introduzir o componente desenvolvimento na organização da escola; remeter à relação educação e vida, promovendo um estudo crítico da atualidade; promover a auto-organização do estudante e estimular sua participação autônoma em coletivos escolares e incorporar a progressão continuada, levando adiante a utopia de uma escola que ensine tudo a todos, dentro do próprio sistema capitalista.

Como já pontuado inicialmente, a questão tempo e espaços escolares são bastantes contraditórios e tensos no espaço escolar e não é diferente na EMMAM. Essa contradição e tensão são geradas principalmente pela forma como a sociedade se relaciona com os tempos e espaços da escola e vice-versa.

Na EMMAM, alguns dos princípios das “Cidades Educadoras”¹ é transposta para o Programa Escola Integrada e Escola Aberta. A escola e as ruas do entorno se transformaram em uma “grande sala de aula”². É possível ver alunos pintando muros e fazendo diversas intervenções artísticas no entorno da escola, cuidando de árvores, regando jardins, mexendo em canteiros da horta, praticando esportes, participando de roda de leituras, de conversas e de cantorias.

Com os discentes e docentes circulando por todos os espaços da escola, pretende-se transformar esse espaço em “Um lugar cheio de sentido, que desperte o gosto pelo saber e que permita as crianças vivenciarem sua infância juntamente com seus pares” (PINTO, 2014, p 14) de forma significativa.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Maria da Assunção de Marco procura seguir os princípios da gestão democrática e busca no cotidiano escolar incentivar a participação. Como bem aponta Carmo & Gonçalves (2014, p. 82), “a participação não é um resultado de processo automático e espontâneo, mas sim uma conquista diária e consequência do fortalecimento do sentido de responsabilidade dos indivíduos”. Para esses autores a gestão democrática é tão essencial à vida escolar quanto à presença de professor e de alunos.

Corroborando com essa reflexão, Oliveira (2010, p. 13), afirma que “quanto maior a participação, maiores são as possibilidades de acerto nas decisões a serem tomadas e efetivadas na escola”.

Percebe-se que na EMMAM, assim como em toda a rede municipal de ensino de Belo Horizonte, vigora um processo democrático de escolha de diretores. A cada três anos a comunidade escolar elege o diretor e vice-diretor a partir da apresentação de um plano de ação do candidato. Desta forma, após eleito, o diretor é chamado a ser um coordenador e motivador das ações aprovadas em seu plano respeitando todas as instâncias de participação.

¹ AICE. Carta das Cidades Educadoras. 2004. Disponível em IPV.PT. ACESSO EM 23.09.2014.

² Termo cunhado em propagandas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nos anos 2012-2014

É função da direção da escola incentivar a participação da comunidade escolar em todos os momentos de discussão e formação relacionados à escola: Fórum Família-Escola, reuniões do Programa Família Escola, reuniões com o Conselho Tutelar, Fórum da Criança e do Adolescente dentre outros.

Os processos de decisão, como pontua Carmo & Goncalves (2014, p. 38), “exercem o topo da pirâmide da interação, pois controla o grupo, coordena as decisões aproximando as normas concretas abstratas, desenvolvendo resultados e promovendo o equilíbrio com a sua liderança.” Neste sentido, a EMMAM considera importante esse processo, sendo que as decisões da escola são tomadas a partir das instâncias de participação existentes: Colegiado, Assembleias Escolares, Conselho de Classe e Associação de Pais, Mestres e Colaboradores. A existência destas instâncias colegiadas procura realizar uma gestão escolar realmente democrática, já que têm caráter deliberativo.

Em uma gestão democrática, conforme Carmo & Goncalves (2014, p. 32),

todas as pessoas ligadas a escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido a integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Conselho Escolar com representações da comunidade.

De acordo com o Ministério de Educação, o Colegiado ou Conselho Escolar é o órgão máximo dentro da escola e tem função consultiva, deliberativa e fiscalizadora. “O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito.” (MEC, 2004, p.1).

Na EMMAM o Colegiado é constituído por vinte e dois membros entre titulares e suplentes. Esse órgão é composto por representantes de pais, professores, estudantes, funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. A eleição para esse órgão é realizada a cada três anos, de acordo com o calendário de eleição para diretores e recomposto sempre que há disponibilidade de vaga. Esse órgão se reúne mensalmente e quando necessário há reuniões extraordinárias.

Outro importante órgão que há na escola é o Conselho de Classe. Esse, por sua vez, é reconhecido como um órgão colegiado, presente na organização da escola, por meio do qual se reúnem periodicamente os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos estudantes das diversas turmas e ciclos. A preocupação desse Conselho é dinamizar a gestão pedagógica. O Conselho de Classe caracteriza-se por permitir a participação direta dos profissionais; a organização interdisciplinar e ter a avaliação escolar como foco central de seu trabalho.

Na EMMAM o conselho de classe se reúne trimestralmente para avaliação coletiva dos discentes e esporadicamente para formação e discussão geral das questões relativas aos processos pedagógicos. O ideal perseguido pela EMMAM é que o conselho possa se reunir semanalmente.

A Associação de Pais e Mestres, de acordo com o PPP EMMAM (2011, p. 32) tem entre seus objetivos “fazer a integração da comunidade no contexto escolar, promovendo encontros de pais para refletirem sobre a política educacional vigente”.

Percebe-se que não há uma Associação de Pais, Mestres e Colaboradores atuante na EMMAM embora haja menção de criação dessa associação no PPP EMMAM (2011, P.32)

A Associação de Pais, Mestres e Colaboradores da EMMAM possui registro em cartório e teve bastante atuação durante o período de luta pela construção da sede própria da escola. Atualmente, não está em exercício.

O colegiado, Conselho de classe e Associação de Pais, Mestres e Colaboradores são instituições que, como aponta Souza (2010, p. 4),

auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, isto tudo, (...) pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a

educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O ambiente escolar, local onde acontecem as relações de trabalho deve, se constituir num espaço de humanização onde a ética, o respeito às diferenças, o diálogo, o compromisso e a participação efetiva garantam a integração de todas as pessoas em prol do sucesso do Projeto Político Pedagógico da escola. Nesse sentido, a participação é requisito essencial para democratizar as relações de trabalho e, como aponta Japecanga, (2014. p.6), é necessário a partilha do poder.

A escola é um espaço de muitos conflitos. Pode-se afirmar que a existência de conflitos é provocada, nas palavras de Japecanga (2014, p 6) “por interesses antagônicos entre a administração e subgrupos que entram em choque para ampliar seu espaço de poder”.

A EMMAM busca promover e incentivar a participação efetiva de toda a comunidade escolar considerando que a parceria e a solidariedade são imprescindíveis para o bom andamento das relações no ambiente escolar. O diretor não é centralizador e as decisões são tomadas por uma equipe de gestão composta pela direção, coordenação, docentes e colegiado.

Os conflitos nas relações aluno x aluno e aluno x professor são intermediados pela coordenação pedagógica e coordenação de turno. Dependendo da gravidade do conflito a direção é chamada a intervir. As relações são sempre pautadas na busca do diálogo entre todas as partes envolvidas no conflito.

A EMMAM busca dar ciência a toda a comunidade escolar de suas normas e regras por meio do regimento escolar, construído de maneira democrática e participativa ao longo dos anos 2010, 2011 e 2012. Nesse regimento são expressos os direitos e deveres de cada segmento.

A escola se preocupa com a melhoria do clima escolar por acreditar que as relações entre os diversos atores da escola precisam ser as mais amistosas possíveis. Para tanto, incentiva a prática da escuta cuidadosa de toda a comunidade escolar e a formação constante de seus docentes quer seja por

meio da divulgação de cursos, quer seja pela inscrição de docentes em seminários e congressos que tratam do tema.

Todos os docentes possuem formação em cursos superiores. A maioria possui pós-graduação lato sensu. Os monitores de oficinas possuem ensino médio completo e muitos estão fazendo cursos superiores. É grande a participação de docentes e monitores em cursos oferecidos pela SMED. Na escola acontecem quinzenalmente as reuniões pedagógicas coletivas em horário de trabalho e as mensais extra horário de trabalho para formação, planejamento, avaliação e outras demandas. Essas reuniões se constituem em importantes momentos de formação continuada. Para Ribeiro apud Martins (2001, p 68),

a formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que somente ela possibilita a elevação funcional, baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, e fortalecendo a relação professor-escola.

As relações interpessoais são marcadas também por festas e comemorações diversas. Percebe-se um grande cuidado com o outro nesta escola. Todas as datas importantes para a comunidade escolar são comemoradas de alguma forma.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte de todo processo educativo. Para avaliar é preciso conhecer e para conhecer é preciso estar implicado no processo. A todo o momento o sujeito avalia e é avaliado. A avaliação permite a retomada e o aprimoramento das ações. Avalia-se a convivência com o outro, avalia-se a aparência, avalia-se a administração dos problemas, dos sentimentos, da saúde, enfim, tudo é passível de avaliação. Toda avaliação busca uma meta e para alcançar essa meta é necessária uma mudança, um planejamento, um redirecionamento dos objetivos.

Para avaliar, como afirma Navarro et al (2004, p. 1), “é preciso estabelecer critérios, parâmetros, caso contrário não se saberá o que olhar, o que observar e nem o que perguntar”.

7.1. Avaliação dos estudantes de 1º, 2º e 3º Ciclos

Na educação, a avaliação precisa ser um instrumento que acompanhe, sistematicamente, todos os trabalhos desenvolvidos na instituição escolar e, principalmente, no interior das salas de aula. Neste sentido, o processo de avaliação escolar deverá detectar as aprendizagens conquistadas pelos estudantes, suas principais dificuldades e ainda, auxiliar a repensar as práticas pedagógicas a fim de alcançar os objetivos propostos para cada etapa/ciclo de aprendizagem.

A avaliação escolar deve ser investigativa e processual, pois a mesma ocorre ao longo do processo de ensino e aprendizagem. É necessário que a avaliação escolar sirva para reconstruir o que estiver necessitando ser melhorado.

Os principais instrumentos de avaliação escolar utilizados na EMMAM são: 1) Observação do professor sobre cada estudante, a partir do interesse e da participação dos mesmos nas diversas atividades desenvolvidas em sala de aula; 2) trabalhos realizados em sala de aula ou como pesquisa a ser feita pelos estudantes em casa; 3) provas escritas; 4) auto-avaliação dos estudantes.

O uso dos instrumentos avaliativos elencados acima, juntamente com a análise dos mesmos pela equipe pedagógica, pelo professor e pela acompanhante da GERED, é a base do processo avaliativo na EMMAM. A leitura dos dados levantados pela avaliação aparece como importante fator que auxilia o trabalho pedagógico.

Desde 2010, a EMMAM conta com professoras para atuarem no Projeto de Intervenção Pedagógica – PIP. A prioridade inicial foi para os estudantes do 1º e 2º ciclos, especificamente na área de alfabetização, letramento e matemática e posteriormente para estudantes do 3º ciclo. A prioridade de atendimento no PIP são os estudantes que obtiveram conceitos “D” ou “E” (baixo rendimento escolar) no final do ano letivo, estudantes com baixo desempenho no Avalia BH³ e estudantes retidos por desempenho no ano anterior.

Os estudantes que apresentarem baixo rendimento ao final do trimestre são encaminhados para a recuperação trimestral. A recuperação trimestral ocorre

³ Avalia BH é a avaliação sistêmica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

após as avaliações realizadas em cada trimestre letivo. Além das avaliações internas, que acontecem no cotidiano escolar, os estudantes ainda realizam avaliações externas: Prova Brasil (estudantes do 5º ano), Provinha Brasil (estudantes do 2º ano), Avalia BH (estudantes do 3º ao 9º ano), SIMAVE/PROEB (estudantes dos 3º e 4º ano), Prova Diagnóstica e/ou Prova Amostral, e PROEB (estudantes do 5º e 9º ano). O objetivo das avaliações externas é obter um diagnóstico da escola e averiguar os índices de qualidade da educação obtidos por cada unidade escolar.

Os estudantes e seus familiares recebem trimestralmente o boletim escolar e anualmente o boletim do Avalia BH. Esses boletins retratam o desempenho escolar do estudante e podem ser um ponto de partida para as intervenções tanto da escola quanto das famílias no que diz respeito ao trabalho que deve ser feito com cada estudante.

A EMMAM busca analisar não somente o resultado das avaliações, mas como se deu todo o processo de ensino e aprendizagem, além das condições e características pessoais de cada estudante, o que certamente pode influenciar nos resultados obtidos. Dessa forma, como aponta Navarro et al (2004, p1):

Todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares.

7.2. Avaliação Institucional

7.2.1 Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho é o instrumento de avaliação dos gestores, docentes e auxiliares da RME-BH, instituído pelo Plano de Carreira do Magistério desde 1996, tendo por base a LDBEN nº 9394/96 que preconiza em seu artigo 67, inciso IV, a progressão funcional.

O objetivo principal da Avaliação de Desempenho é averiguar quais os profissionais da educação são considerados eficientes no desempenho de suas funções, garantindo-lhes, a cada interstício de três anos, a progressão na carreira com 5% de aumento salarial.

Na EMMAM, a avaliação é feita em dois momentos: em agrupamento com os pares para que cada docente seja avaliado por dois colegas e em reunião com a direção para que essa avalie o docente e possa propor uma reflexão sobre os objetivos da avaliação e da prática do docente avaliado.

7.2.2. Avaliação da Gestão Escolar

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) defende um modelo de gestão educacional pautado na participação, controle e autonomia das redes de ensino e conseqüentemente das escolas. Porém, para que a escola possa desempenhar seu papel de forma autônoma é preciso criar estratégias para que o espaço escolar se torne efetivamente um espaço de construção de uma gestão democrática na busca da autonomia prevista em lei. Dessa forma, o trabalho da gestão precisa ser transparente, criando uma interação entre a comunidade e os processos de gestão da escola.

Para participar do processo de eleição dos gestores das Escolas de BH, os candidatos apresentam um plano de gestão para um triênio e após eleito, a cada ano é realizada uma avaliação do trabalho em assembleia escolar. A avaliação deve ser entendida como um processo de aperfeiçoamento, redirecionamento dos processos e também como uma estratégia para a prestação de contas a toda a comunidade escolar.

É preciso entender que, considerando o processo de gestão democrática, ao avaliar a gestão, estão sendo avaliados todos os envolvidos nesse processo. Assim a avaliação considera ações da comunidade, através do colegiado, dos funcionários, dos professores, dos coordenadores, dos gestores eleitos e da Secretaria Municipal de Educação.

Na EMMAM, a participação da comunidade escolar no processo de avaliação da Gestão ainda é variável. Entretanto, a instituição incentiva a participação comunitária, envolvendo a comunidade e levando-a a refletir sobre a responsabilidade da mesma no processo de melhoria da qualidade da educação.

De acordo com Souza (1995, p.13), “uma avaliação tem como objetivo uma melhor compreensão da realidade da escola e, através dessa compreensão, devemos partir em busca das decisões a serem tomadas”. Nesse sentido o resultado final é importante, mas a discussão das estratégias e ações a serem implementadas a partir do resultado da avaliação é ainda mais importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da reelaboração do Projeto Político Pedagógico da EMMAM evidencia a certeza de que esse projeto contribuirá para a melhoria do atendimento educacional prestado aos estudantes e toda a comunidade escolar. Tendo por princípio básico a construção de uma escola democrática, inclusiva e aberta à participação de todos na definição de suas propostas políticas e pedagógicas, é fundamental a participação de toda a comunidade escolar nos processos de tomada de decisão da escola e este é um dos maiores desafios para a equipe de gestão da escola.

A escola avança na perspectiva de exercer sua autonomia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Autonomia essa que representa, conforme Ribeiro Apud Neves (2002, P.99) um exercício de democratização de um espaço público.

Para alcançar os objetivos e metas educacionais propostos no PPP da EMMAM, faz-se necessário acreditar nos princípios e finalidades educacionais apontados no PPP. Definir ou redefinir sempre qual a estrutura escolar

(administrativa e pedagógica) e qual organização dos tempos escolares que melhor atenderão as necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes. Incentivar e valorizar a formação docente; incentivar e manter boas relações no ambiente de trabalho. Valorizar e estreitar as relações família e escola. Estreitar parcerias com os diversos órgãos sociais da administração pública e da comunidade local. Cumprir e fazer cumprir as normas e a legislação educacional vigentes. Avaliar sempre os resultados e metas obtidos pela escola a fim de replanejar, qualificar e adequar, cada vez mais, as ações e/ou projetos pedagógicos desenvolvidos.

O PPP da EMMAM propõe um modelo educacional engajado nas proposições curriculares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e na legislação educacional vigente. Defende que cabe a cada um dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem o papel de protagonista na construção de sua cidadania. Cada estudante deve reivindicar e lutar por seus direitos, priorizando a construção ou a reconstrução de sua auto-imagem enquanto pessoa capaz de aprender, conhecer e buscar conhecimentos, valores e atitudes que possibilitem e ampliem sua inserção em seu meio sociocultural e também sua realização e satisfação pessoal no mundo em que vive.

O Projeto Político Pedagógico da EMMAM vê a escola como um todo, em sua perspectiva pedagógica e também administrativa. O PPP é, portanto, um instrumento de trabalho muito importante que deverá orientar todos os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola e definirá a organização escolar que melhor possa atender aos objetivos e metas educacionais que a escola pretende alcançar. Pensando que o Projeto de uma escola deve ter um caráter de constante reflexão e discussão dos problemas presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de atingir as metas da Instituição, ao final de cada ano letivo o PPP deverá ser reavaliado e o coletivo poderá e deverá realizar alterações.

REFERÊNCIAS

AICE. **Carta das Cidades Educadoras**. 2004. Disponível em www.ipv.pt/millennium38/11. Acesso em 23.09.2014.

ARROYO, Miguel G. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: Beauchamp at all org. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/07/2014.

Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 18.04.2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei N. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15/07/2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília: DF, 2004, p. 23.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40.

_____. ESCOLA DE GESTORES – MEC. Leda Scheibe & Márcia Ângela Aguiar **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 27 / 07/2014.

BELO HORIZONTE. Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. **Finalidades da educação**. Disponível em: <http://emmam.webnode.com.br/finalidades>. Acesso em 18 /07/2014.

_____. Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte. 2011.

_____. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Sistema de Gestão de Alunos**. Disponível em: [http:// Intranet.pbh.gov.br](http://Intranet.pbh.gov.br). Acesso em 15/07/2014.

_____. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Programa Escola Integrada**. Disponível em: [http:// Intranet.pbh.gov.br](http://Intranet.pbh.gov.br). Acesso em 15/07/2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Carta de Princípios da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: 2001.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte. Desafios da Formação - Proposições Curriculares do 1º, 2º E 3ºciclo**. Belo Horizonte: 2009.

DALBEN, A.I.L.F. (Org.). **Singular ou Plural? Eis a escola em questão!** UFMG-GAME. Belo Horizonte. 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou séries? O que muda quando altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Reunião Anual da ANPED, Caxambu: MG de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14 /07/2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 14 /07/2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na Escola pública básica**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 27 /07/2014.

LEANDRO, Claudineia & PLATT, Andreana Dulcina. **Eixos filosóficos do projeto político pedagógico: a visão de educação e a visão de sociedade**. Disponível em< <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>>, acesso em 25 de maio de 2014.

NEVES, Carmem Moreira de C. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 15ª Edição, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/07/2014.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo; Cortez, 2001.

PINTO, Maria Raquel Barreto. **Tempo e espaço escolares: o (des) confinamento da infância**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/07/2014.

[RIBEIRO, Ruy Coelho](#). **Projeto político-pedagógico: princípios, dimensões e**

estrutura. Disponível em www.artigos.com. Acesso em 23/09/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17 /07/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como Instituição.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 21/07/2014.

VEIGA, I. P.^a (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995.